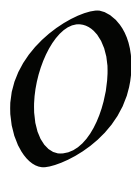


Luiz Augusto Maia Costa



TODO DA PARTE: *URBANISMO, PLANEJAMENTO e O PROCESSO SOCIAL DE CONSTRUÇÃO DA CIDADE NO INÍCIO DO SÉCULO 20*

136
pós-

RESUMO

Partindo do princípio de que o território é o todo do espaço, e a cidade é sua parte, este artigo centra-se nos saberes gestados a partir do século 19, que acabaram por desaguar no que chamaremos de a urbanística do Movimento Moderno. O mesmo busca investigar as concepções iniciais que as duas ciências do espaço - urbanismo e planejamento urbano - possuíam no começo do século 20. Defenderemos que ambas são, ao mesmo tempo, antagônicas e complementares, sendo, a diferença entre elas, não apenas uma questão etimológica, mas estando enraizada na própria natureza e objetivos das mesmas. Essa diferença possibilita-nos uma série de bipolaridades, tais como Europa versus América do Norte; história do urbanismo versus história da produção social do espaço construído. No interstício das duas, podemos apreender a cidade em toda sua complexidade.

Neste contexto, concluiremos que o urbanismo era, no geral, marcadamente europeu e, em particular, francês. Já o planejamento era, no geral, marcadamente anglo-saxão e, em particular, norte-americano. Entretanto, por buscar dar respostas para as demandas das cidades do século 19 em diante, estes dois saberes se complementam, no estudo da urbanização capitalista associada à Segunda Revolução Industrial.

PALAVRAS-CHAVE

Planejamento territorial urbano, urbanismo, planejamento urbano, história da cidade, história urbana, Movimento Moderno.

LA TOTALIDAD DE LA PARTE:
URBANISMO, PLANIFICACIÓN
URBANA Y EL PROCESO SOCIAL DE
CONSTRUCCIÓN DE LA CIUDAD A
PRINCIPIOS DEL SIGLO 20

pós- 137

RESUMEN

Suponiendo que el territorio es la totalidad del espacio, y la ciudad es su parte, este artículo se centra en los conocimientos gestados desde el siglo 19 que finalmente han desembocado en lo que llamaremos la urbanística del Movimiento Moderno. Lo que se busca es investigar las concepciones iniciales de las dos ciencias del espacio - Urbanismo y planificación urbana - a principios del siglo 20.

Afirmaremos que ambas son, al mismo tiempo, antagónicas y complementarias, siendo que la diferencia entre ellas no es sólo una cuestión etimológica, sino que está enraizada en la naturaleza misma y los objetivos de cada una. Esa diferencia nos permite establecer una serie de bipolaridades, como Europa versus América del Norte; historia del urbanismo versus historia de producción social del espacio construido. En el intersticio de las dos podemos aprehender la ciudad en toda su complejidad.

En este contexto, concluiremos que el urbanismo era, de manera general, marcadamente europeo y, en particular, francés. La planificación, por su vez, era, en general, marcadamente anglosajona, y en particular norteamericana. Sin embargo, al tratar de responder a las demandas de las ciudades a partir del siglo 19, estos dos campos del conocimiento se complementan, en el estudio de la urbanización capitalista asociada con la segunda Revolución Industrial.

PALABRAS CLAVE

Urbanismo, planificación urbana, historia de la ciudad, historia urbana, Movimiento Moderno.

THE WHOLE OF THE PART: URBANISM,
PLANNING, AND THE SOCIAL PROCESS
OF CONSTRUCTION OF THE CITY IN
THE EARLY 20TH CENTURY.

ABSTRACT

Assuming that the territory is the whole space and the city is part thereof, this article focuses on the knowledge produced as of the 19th century that eventually flows into what we will call the urban development of Modernism. This author investigates initial conceptions widely held at the beginning of the 20th century regarding two spatial sciences – urbanism and urban planning. This author argues that both studies are at the same time antagonistic and complementary. The difference between them is not only an etymological question but rather part of their nature and objectives. This difference leads us to a series of bipolarities, such as Europe against North America and the history of urbanism against the history of social production of the built space. In the gap between urbanism and urban planning we can better understand the city in all its complexity.

The author concludes that urbanism was markedly European in general and French in particular. In turn, planning was distinctly Anglo-Saxon in general and North American in particular. However, by seeking to respond to the demands of the cities from the 19th century onward, these two areas complement each other in the study of capitalist urbanization associated with the Second Industrial Revolution.

KEY WORDS

Urbanism, urban planning, history of the city, urban history, Modernism.

Em seu *A parte e o todo*¹, o físico alemão Werner Heisenberg escreve uma deliciosa autobiografia intelectual, que transcende o campo da Física, constituindo uma vigorosa reflexão sobre o fazer ciência e suas implicações epistemológicas, metodológicas e existenciais. É assim que, no capítulo “Física atômica e forma pragmática de pensar”, o mesmo relata suas impressões sobre os Estados Unidos da América, visitado por ele ao longo do ano de 1929. Ao ver, pela primeira vez, Nova York, com sua “famosa linha de arranha-céus”, o físico registra que “o Novo Mundo lançou seu feitiço sobre mim desde o primeiro dia”².

Com agudeza, passa então a discorrer sobre as diferenças entre europeus e norte-americanos. Escreve o autor:

*[...] enquanto os europeus costumavam a ser avessos e, muitas vezes, francamente hostis aos aspectos não representacionais e abstratos da nova teoria atômica, à dualidade onda-corpúsculo [...], a maioria dos físicos norte-americanos parecia disposta a aceitar a nova abordagem sem grandes reservas.*³

Isso parece expressar a própria forma de a América do Norte encarar a realidade: como algo dúbio, abstrato, sem uma forma preestabelecida, uma realidade cheia de possibilidades, sem um determinismo cartesiano.

No mesmo capítulo, após discorrer sobre as diferenças entre norte-americanos e europeus, o físico nos brinda com uma abordagem metodológica muito interessante. Afirma ele que mantinha longas conversas, com o físico britânico Paul Dirac, sobre as questões metodológicas que então enfrentava. Enquanto Dirac afirmava que “*nunca se pode resolver mais de uma dificuldade de cada vez*”, Heisenberg defendia o contrário: “*que nunca se pode superar uma dificuldade isolada, devendo-se sempre ultrapassar várias delas ao mesmo tempo*”⁴.

Na avaliação do físico alemão, Dirac estava a defender que

*qualquer um que procure enfrentar mais de um problema de cada vez peca por arrogância, pois ele sabia com que empenho se tem que lutar por cada novo passo num campo tão distante da experiência cotidiana como a física atômica*⁵.

Ele, por sua vez,

queria apenas assinalar que a solução autêntica de um problema difícil não é mais nem menos do que um vislumbre do contexto mais amplo, um vislumbre que nos ajuda a eliminar também outras dificuldades, inclusive muitas de cuja existência sequer suspeitava.

E conclui que “*ambas as formulações, a dele e a minha, continham um pedaço da verdade. Ambos pudemos nos consolar com a frase de Niels Bohr, frequentemente repetida ‘o oposto de uma afirmação correta é uma afirmação falsa. Mas o oposto de uma verdade profunda pode muito bem ser outra verdade profunda’.*”⁶

Isto é um dos enunciados do princípio da complementaridade. Estas reflexões, em campo de conhecimento tão distintas das do campo de estudo e intervenção sobre as cidades, são capazes de evocar reflexões espaciais. Tais reflexões nos levam a pensar nas relações existentes entre campos, com origens diferentes, de atuação sobre a cidade, isto é, sobre o que entendemos como o urbanismo europeu, particularmente o francês, e o planejamento anglo-saxônico, em particular, o norte americano.

Se o todo do espaço é o território, as cidades constituem-se em uma parte deste. Parte cada vez maior e, não raro, mais importante, pela intensificação do processo mundial de urbanização, posto em movimento a partir do fim do dezenove. Essa parte, a cidade, é uma forma muito antiga de organização das sociedades humanas. Françoise Choay afirma que:

*a sociedade industrial é urbana. A cidade é o seu horizonte. Ela produz as metrópoles, conurbações, cidades industriais, grandes conjuntos habitacionais. No entanto, fracassa na ordenação desses locais. A sociedade industrial tem especialistas em planejamento urbano*⁷.

Portanto estudar as cidades é algo, ao mesmo tempo, altamente relevante e altamente complexo, o que nos faz lembrar as observações do físico alemão.

Podemos estudá-las de, pelo menos, duas formas: primeiro, elas mesmas – e aqui estamos no âmbito da história urbana –, ou, segundo, estudar as maneiras de projetá-las e construí-las, isto é, recaímos no âmbito da história do urbanismo. Por vezes, muitas das observações e conclusões que inferimos de uma forma de estudá-las contrapõe-se às observações e conclusões advindas da outra maneira de também estudá-las. Contudo as verdades profundas que cada uma delas gera convivem pacificamente, lado a lado, ainda que sejam opostas. Neste trabalho, buscaremos investigar essa segunda forma de estudá-las.

Como bem aponta Carlos Roberto Monteiro de Andrade, nos fins do século 19, “a cultura urbanística [estava] oscilando entre a cidade como obra de arte e a cidade como manufatura, determinações que delimitavam campos do conhecimento e disciplinas distintas”⁸. Parece-nos que, enquanto a visão da cidade como manufatura implicava em um rompimento com a história e desembocou no delineamento de certo “planejamento urbano”, a cidade vista como obra de arte reconhecia, pelo menos em parte, sua dívida para com a história, e resultou no que Choay⁹ classificou como urbanismo culturalista. Cisões estanques que, mais do que indicarem categorias rigidamente distintas, implicam em maneiras diferentes de tratar o mesmo problema, priorizando, diferentemente, aspectos de um mesmo desafio, isto é, dar solução aos problemas postos pela ordem advinda da Segunda Revolução Industrial. Isto é, carece que pensemos como Heisenberg propõe.

Grosso modo, essas duas visões acabaram por dar origem a duas “ciências”, que, mais que antagônicas, são complementares, ambas buscando estudar e intervir na cidade como um todo. Sendo assim, defenderemos a seguir que tanto o urbanismo, como o planejamento urbano, de formas diferentes, visam estudar e intervir no todo da parte.

Françoise Choay¹⁰ afirma que o termo urbanismo¹¹ “está carregado de ambiguidades”¹². Segundo a autora, o termo, que já teria sido assimilado pela linguagem corrente, no momento em que seu *O Urbanismo* foi escrito, ora era

empregado como sinônimo do trabalho de “engenheiros civis”, ora como plano das cidades e, ora, ainda, como o outro nome das “formas urbanas características de cada época”. Choay é uma, entre os muitos autores, que o definem como uma ciência¹³ e explica que o termo corresponde à emergência de uma nova concepção de compreender e intervir na cidade, surgida no século 18, com a cidade industrial, e que no final do 19 se constituirá como uma disciplina. Esta basear-se-ia em critérios críticos e reflexivos, pretendendo-se “científica”, estando aí a “acepção original” do termo. A autora diferencia, ainda, o urbanismo, das “artes urbanas anteriores”, distinguindo assim a disciplina que se delineou como tal nos fins do 19, do que era feito no tempo pretérito.

É consenso, entre alguns autores¹⁴ que em diferentes épocas debruçaram-se sobre a gênese do urbanismo moderno, identificar no século 18 (e ao longo do 19) as origens das questões que o mesmo se propõe a resolver. No escopo dessa nova disciplina, não haveria lugar para dúvidas ou incertezas. Pretendendo-se ciência, o urbanismo preconizaria soluções que buscam a universalidade, posição, no mínimo, controversa, que vem ao longo dos anos sendo amplamente relativizada.

Giulio Argan¹⁵ defende que o debate existente (ou que, pelo menos, existia) sobre a natureza dicotômica do urbanismo, se este seria ciência ou arte, não teria sentido, uma vez que o mesmo a supera, sendo, ao mesmo tempo, ciência e arte. De uma forma geral, é esse também o entendimento de tantos outros autores¹⁶, entre eles¹⁷: Bardet (1945), Núñez (1951), Choay (1965), Benévolo (1974), Harouel (1981), entre outros¹⁸. Deste modo, podemos afirmar que o urbanismo seria uma disciplina “recente”, que buscava, no momento de sua formação, superar a oposição entre ciência e arte.

Le Corbusier, em sua obra *O Urbanismo*, de 1925, define o mesmo como ciência e arte, e afirma que este é uma tarefa de arquitetos. Já em sua obra *Planejamento urbano*¹⁹, de 1946, ele escreve que “uma ocupação racional do território permitiria que sua população trabalhasse duas vezes menos”; isso, após identificar que o “gigantesco desperdício” que a “desordem do fenômeno urbano” trazia consigo tornava-se “uma das cargas mais esmagadoras da sociedade moderna”²⁰. E o mesmo autor afirma que seu referido livro busca resolver os problemas, dentro do quadro por ele montado, posto à época para a cidade, seus cidadãos e os profissionais da mesma.

O que aqui buscamos distinguir é que, no pensamento de Corbusier, há a passagem, de uma visão da cidade como uma unidade fechada, para outra visão da cidade, relacionada a uma instância mais ampla - o território -, que vê a cidade inserida em um processo mais complexo, que transcende a questão de sua forma. Nessa transição do enfoque que seu pensamento dá ao “fenômeno urbano”, distinguem-se duas disciplinas, duas ciências: o urbanismo e o planejamento urbano. Defenderemos a seguir, grosso modo, que o primeiro é desenvolvido e praticado, marcadamente na Europa, particularmente, na França e nos países de origem latina; já o segundo, mais uma vez, grosso modo, estaria mais atrelado ao “mundo” anglo-saxão, em particular, aos EUA. Certamente que essa divisão que ora propomos não era clara para a maior parte dos agentes sociais que estavam desenvolvendo-as, como veremos a seguir. Mas, antes disso, observemos de que maneira a cidade é tratada, como objeto da história.

HISTÓRIA E CIDADE: IDEIAS, AÇÕES E O PROCESSO SOCIAL DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO CONSTRUÍDO

De acordo com sua ênfase e recortes próprios, identificamos, por assim dizer, entre as histórias relacionadas à cidade, a história urbana, a história do urbanismo e a história da produção social do espaço construído. Se a história urbana acentua as relações que constituem o tecido social, que compõem e que dão alma à cidade, a história do urbanismo é a história das ideias, teorias e ações que visam intervir na cidade. Esta última constitui-se a partir de modelos, os quais, em geral, foram concebidos *a posteriori*. Por sua vez, a história social do espaço construído focaliza os processos econômicos, políticos, ideológicos e culturais que construíram, de fato, a cidade. Esta, assim como a anterior, analisa a evolução urbana e espacial da cidade; entretanto, por trabalhar em termos de processo, busca entender as forças operantes no conceber e empreender as intervenções no espaço físico, ressaltando os agentes e atores sociais preeminentes nessa dinâmica. Em outra dimensão, ela teria, por assim dizer, pontos de contato com as duas outras.

Claro é que cada uma dessas histórias tem suas especificidades, objetivos e métodos. Cada uma guarda verdades profundas, que dialogam entre si, ainda que muitas das verdades concebidas e construídas, no âmbito de uma, sejam a negação do estabelecido pela outra. A concepção do todo desta história, a história da cidade, só pode ser entrevista e apreendida quando inserida no estudo da urbanização, em um plano mais local e, no plano mundial, em um contexto mais amplo. É no âmbito da história da urbanização que as histórias do urbano, do urbanismo e do espaço construído terão equacionadas suas verdades profundas (as quais, muitas vezes, são contraditórias e divergentes, como dito anteriormente).

A cidade de Santos e os estudos a seu respeito são exemplares, para ilustrar o que estamos argumentando. O trabalho de Maria Lucia Caira Gitahy, *Ventos do mar* (1992), é um exemplo que se insere no campo da história urbana. O mesmo trata das transformações sociais por que passou a cidade de Santos, no final do século 19. *Ventos do mar* centra-se no movimento operário que teve lugar no porto de Santos, para analisar as transformações por que a cidade passava, acentuando a formação de uma classe de trabalhadores articulados, que clamavam por mudanças não só no espaço físico, mas no social também. Nesse sentido, por um lado, intervir na cidade era instaurar um modo de vida burguês, e, por outro, buscar equacionar espacialmente os conflitos sociais. Nesta linha argumentativa, o foco da investigação não recai nas teorias urbanas, nas pestes ou nos agentes ligados à produção do espaço construído. Claro que, nessa história, os elementos socioespaciais aparecem e interagem com o todo, entretanto é um modo de viver na cidade que é posto em primeiro plano. Aqui, a intervenção no meio físico é explicada a partir da necessidade de operar transformações no meio social. A verdade profunda que este trabalho traz consigo é o fato indubitável de que o urbanismo nascente no século 19²¹ buscava a separação sociofuncional-espacial da cidade, na mesma medida em que apontava para novas formas de apropriação da mesma, destacando-se, nesse sentido, o desenvolvimento de uma nova sensibilidade para a modernidade, que, nessa articulação, passava pelo reconhecimento da questão operária como prioritária para o sucesso desses intuitos.

Já o hoje clássico *A peste e o plano: o urbanismo sanitista do engenheiro Saturnino de Brito* (1992), de Carlos Roberto Monteiro de Andrade, é um perfeito exemplo da história urbanística em geral, e de Santos, em particular. Seu estudo, centrado na virada do século 19 para o 20, busca mapear as ideias e teorias que fundamentaram a elaboração do famoso plano de 1905, elaborado para a cidade pelo engenheiro Saturnino de Brito. Nesta linha argumentativa, as pestes que assolavam a cidade ganham destaque e justificam as intervenções no meio físico. As teorias do meio e as ideias de Camillo Sitte despontam como pilares, para o urbanismo então nascente na cidade e no Brasil. Aponta-se, inequivocamente, para o surgimento de uma nova sensibilidade, de uma nova estética, que acenava para a modernidade então forjada. Aqui, a verdade profunda é que, sem sombra de dúvida, o urbanismo então emergente guarda uma dívida para com a engenharia sanitária, e que Sitte é um dos arautos dessa urbanística. Contudo essa é uma história dos modelos e teorias urbanísticas, na qual todo o embate político, econômico e social existente então na cidade não é focalizado. Neste contexto, a intervenção no meio físico se autolegitima por demandas espaciais ou teóricas/ técnicas, que visavam o melhoramento da cidade, ficando as relações de poder e sociais suspensas em sua explicação. Ou, pelo menos, não aparecendo com a intensidade com que se manifestam no outro trabalho supracitado.

Por fim, apresentamos, como exemplo de um trabalho sobre a história da produção do espaço construído em Santos, no mesmo período, o livro de Sidney Piochi Bernardini, *Os planos da cidade: As políticas de intervenção urbana em Santos - De Estevan Fuertes a Saturnino de Brito (1892 - 1910)* (2006). O referido autor detém-se em compreender as forças operantes no meio sociocultural da época, dando destaque aos agentes atuantes na esfera econômica e, sobretudo, política. O papel desempenhado pelo Estado no processo de produção do espaço construído é posto em relevância, demonstrando como a máquina estatal fez uso de um aparato técnico-científico, para empreender suas intenções últimas, quais sejam: o desenvolvimento e manutenção de um Estado e de uma sociedade capitalista burguesa. Neste processo, toda produção cultural de um período, bem como os conflitos travados pelas classes sociais e pelos grupos hegemônicos justificam e legitimam a intervenção no espaço físico. Aqui, o urbanismo passa a ser, desconcertantemente, um dispositivo para o acúmulo do capital e para garantir hegemonia da elite local. O urbanismo então figura como um discurso que alicerça uma prática de intervenção, transformação e produção do espaço construído. Tal qual as demais histórias, esta também traz uma verdade profunda, ao ressaltar o papel e o poder da iniciativa privada, amparada pelo aparato estatal. Entretanto isso, por si só, não explica a emergência e a importância do urbanismo, seja ele como conjunto de ideias e teorias, seja como intercâmbio internacional de experiências, seja ainda como forma da expressão de certa ordem social.

É só no âmbito do estudo da urbanização, em particular aquela vinculada à ordem mundial advinda da Segunda Revolução Industrial, aquela vinculada à produção capitalista voltada para o mercado de massas e para o mercado mundial, que podemos tecer uma trama de explicações que, ainda que contraditórias, explicitem a razão e o modo de produção da cidade em um dado período, determinando, inclusive, sua forma material. A construção e as intervenções nas cidades, no período do assim chamado urbanismo moderno, é

fruto do amálgama das lutas sociais pelo direito à cidade²²; da formulação de um conjunto de ideias, teorias e experiência que visavam uma nova estética, uma nova sensibilidade, ligada a uma modernidade que passava pelo avanço tecnológico, pelos novos modos de ver e viver a cidade, ao mesmo tempo em que intentava mitigar os avanços e aspectos desastrosos que a sociedade capitalista industrial como um todo havia posto em movimento: as pestes e a degradação socioespacial eram, então, um problema real, ainda que a necessidade de sua superação passasse muito mais por uma questão econômica, que por qualquer discurso apontado para a criação de uma ordem social mais justa (seja qual for o conteúdo ideológico que essa expressão tome).

Isso não quer dizer que esse urbanismo não fosse utópico e até idealista, com o qual se visasse uma sociedade mais harmoniosa e até ecologicamente mais adequada. Era a produção capitalista e o acúmulo de capital empreendido pela especulação imobiliária e pela indústria do espaço construído que justificavam e legitimavam a existência e a aplicação dessas teorias. É foi assim, entre as tensões vindas da esfera pública e da esfera privada, entre teorias e o pragmatismo puro e simples do lucro, que se forjou um conjunto de práticas e experiências de intervir no urbano, que geraram, por um lado, a cidade da Segunda Revolução Industrial e, por outro, o que é chamado de urbanismo moderno.

Hoje, quando as grandes teorias estão em cheque, e a única “lei válida” é a do mercado, o urbanismo perdeu seu poder propositivo e utópico, capaz de forjar modelos urbanísticos de grande envergadura, restando a ele ser o repositório de ideias possíveis, instigadoras, voltadas a alimentar um processo de planejamento que visa, antes de qualquer coisa, não resolver os problemas da cidade, mas equacionar as tensões postas pela sociedade, sempre buscando otimizar os processos de acúmulo do capital. Planejamento, no que se inclui o planejamento urbano, é, antes de tudo, instrumento de fazer política²³. É nesse contexto que o urbanismo moderno tornou-se objeto da história das teorias, ideias e experiências urbanas de um período bem determinado e que se insere na ampla cultura urbanística mundial forjada ao longo dos séculos.

O URBANISMO COMO UMA EXPRESSÃO EUROPEIA DA ORDENAÇÃO DO ESPAÇO CONSTRUÍDO

Jean-louis Harouel²⁴, em seu livro *História do Urbanismo*, de 1981, afirma que o termo “urbanismo” seria um neologismo criado pelo arquiteto espanhol Ildefonso Cerdá, em 1867, ao escrever o seu *Théorie générale de l'urbanisation*. Em duas ocasiões, em 1969 e 1979, Choay²⁵ fez a mesma afirmação: que o termo teria sido criado por Ildefonso Cerdá. Entretanto, antes, em seu livro *O Urbanismo*, de 1965, a autora francesa, bem como Lucio Mendieta y Núñez, em seu *Urbanismo y Sociología*, de 1951, apoiados na obra *O Urbanismo*, de 1945, cujo autor é Gaston Bardet²⁶, afirmam que o termo teria surgido em 1910. Sobre isso, Bardet escreve:

a fim de aplicar os conhecimentos revelados por essas novas ciências [a sociologia, a geografia humana, a geopolítica e a estatística], a fim de

disciplinar essas massas que traziam problemas de “grandes números” devido a sua concentração em certos pontos do espaço – em consequência disso insolúveis – uma nova ciência de aplicação devia eclodir: a ciência da organização das massas sobre o solo. Por volta de 1910, ela foi batizada na França de urbanismo (town planning, Städtebau), o que quer dizer, etimologicamente, ciência do planejamento das cidades. Isso demonstra que, no início, seus padrinhos não tiveram uma clara visão de sua missão territorial.²⁷

Da transcrição acima, temos duas importantes observações a fazer, sobre a origem e história dos termos utilizados para denominar a nova “ciência” que então se configurava. A primeira refere-se ao fato de que o próprio autor, a despeito de, etimologicamente, afirmar que urbanismo significa “ciência do planejamento da cidade”, o contrapõe a uma “missão territorial”. Entendemos que essa “missão territorial” está associada ao que aqui chamamos de planejamento urbano, como “desde sempre” entendido pelos norte-americanos, em particular, e pelos anglo-saxões, em geral. A segunda refere-se ao nosso entendimento sobre a semântica dos diferentes termos que designavam a referida “ciência” naquele momento: defendemos que eles não são, necessariamente, sinônimos. De fato, à época, a “ciência” então nascente recebeu designações distintas em cada país: *urbanización* (em espanhol), *urbanisme* (em francês), *Town Planning*²⁸ (mais empregado na Inglaterra), *City Planning* (mais empregado nos EUA), *Städtebau* (em alemão) e *urbanística* (em italiano). No Brasil, no período em tela, atendia pela alcunha de “urbanismo”. Estes termos eram, então, tomados como sinônimos. Entretanto acreditamos e defenderemos que não o são. Os termos poderiam ser assim tratados nos países latinos (Espanha, França, Itália e no Brasil da época), entretanto esses não podem ser tratados como sinônimos dos termos empregados nos países anglo-saxões (Inglaterra, Alemanha e EUA), uma vez que, na essência do seu escopo, há diferenças significativas, como exporemos a seguir.

Bardet²⁹ frisa que não se deve confundir urbanismo com arte urbana:

é necessário não confundir as grandes realizações da Arte urbana, que resolveu magistralmente problemas que não eram nem da mesma escala, nem da mesma complexidade, nem da mesma substância que os nossos, com as soluções do urbanismo, hoje necessárias.

Choay³⁰, apoiada em Bardet, discorre não só sobre o surgimento do termo urbanismo, bem como sobre sua institucionalização na França. É assim que os autores remetem à obra de P. Clerget, *Bulletin de la Société Géographique de Neufchatel*, de 1910, o surgimento do termo, acrescentando que, em 1914, cria-se a Sociedade Francesa dos Arquitetos Urbanistas³¹. Dez anos depois, é criado, em Paris, o Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris. Só em 1953, a Escola de Belas-Artes de Paris passaria a ensinar Urbanismo.

A despeito de o termo só ter surgido no início do século 20, como bem lembra Harouel³², “a noção que ele abrange parece a priori tão velha quanto a civilização urbana”. De fato, o autor remete à Antiguidade os primórdios do urbanismo, vê nos livros *De re aedificatoria* (1452), de Leon Batista Alberti, e *A utopia* (1516), de Thomas Morus, “as fontes intelectuais do urbanismo moderno”. Ainda segundo o mesmo autor, a primeira obra buscaria “conceituar de maneira

definitiva as regras racionais que propiciam uma criação harmoniosa tanto de uma casa quanto de toda uma cidade". Já a segunda contribuiria com o "*primeiro modelo espacial ideológico completo de uma realidade futura*". Harouel está ciente de que tal concepção do urbanismo poderia levar a identificar uma contradição em seu argumento. Detecta a razão desta, na ambiguidade que o termo então adquirira³³. O termo, compreendido dentro desta vasta concepção histórica, vinculava-se ao que, no passado, chamava-se de "arte urbana", contrapondo-se ao entendimento mais específico que o mesmo passaria a gozar, a partir do início do século 20. Desde então, o urbanismo se apresentaria como ciência e como uma teoria da cidade.

Este seria o sentido original da palavra, que depois passaria, em muitos casos, a ser empregada naquele sentido mais amplo. Desta forma, ainda segundo o mesmo autor, o termo urbanismo passara a conglomerar uma grande parte de tudo o que diz respeito à cidade: desde as obras públicas, até os planos urbanos; de questões referentes às práticas sociais, até o pensamento urbano; de questões morfológicas, às questões legislativas. O que este autor defende, de certa forma, é que, do urbanismo, passou-se ao planejamento urbano (e aqui nos referimos à realidade europeia e, em particular, à francesa). Isso teria ocorrido à medida que as questões a serem abordadas se tornavam mais amplas e complexas, estando as mesmas inseridas em uma discussão territorial. É esta "segunda" concepção de urbanismo que o faz remeter os primórdios do urbanismo à Antiguidade.

Daí inferimos que o adjetivo "moderno", adicionado ao termo "urbanismo", refere-se à compreensão e sentido que deram a este, quando o mesmo surgiu, isto é, empregavam o termo "urbanismo moderno" para designar um campo do conhecimento sobre a cidade que surge a partir do século 18, constitui-se como tal a partir de 1910, e que se pretende ciência e arte. Como tal, concebe a cidade em sua totalidade, em uma perspectiva universal. Segundo essa definição, a cidade é pensada a partir de modelos e como uma unidade fechada. A despeito de sua intenção prática, o urbanismo atuaria ainda no plano das ideias, o que também o faz operar sujeito às pressões e tensões das dimensões culturais, econômicas e políticas (ainda que tenda a negá-las, como veremos mais adiante).

Citando *Problèmes d'urbanisme*, Bardet dá a seguinte definição a Urbanismo:

*o urbanismo é antes de tudo uma **ciência** que se dedica ao conhecimento das coisas, que estuda metodicamente os fatos, que pesquisa as causas primeiras e depois, após um rigoroso trabalho de análise, tenta em sínteses sucessivas determinar, quando não leis, ao menos princípios diretores. Sobre essa base pode se erigir uma **Arte aplicada** que passe à ação, à criação de sínteses novas, materializando, através de um jogo entre vazios e cheios, os volumes em que se abrigam os grupos sociais; mas a aplicação dessa arte após a análise científica necessária de uma dupla escolha: escolha de componentes urbanos para cuidar, modificar, criar, e escolha das aplicações possíveis – implicando essa dupla escolha na determinação dos valores humanos; ela é, por essência, uma filosofia.*³⁴

Com essa definição, Bardet revela as três dimensões que, amalgamadas, constituem os pilares do urbanismo: a ciência, a arte e as ciências sociais. Mesma observação é realizada por Núñez. Nesta definição, o que nos chama a atenção é o fato de que o urbanismo é apresentado como uma filosofia! Se assim o é, é

antes teórica. Ele é prática, práxis, no sentido marxista do termo. De qualquer forma, o que sobressai daí é que o urbanismo é inquestionavelmente um campo do saber sobre a cidade; é uma disciplina e, como tal, possui um objeto, um método, estabelece leis e/ou princípios, que visam dirimir os problemas socialmente postos.

Pois bem, possuindo o urbanismo essas três concepções: de ciência, arte e uma disciplina social, buscaremos, a seguir, entrever como cada uma destas dimensões é abordada por diversos autores. Choay vai distinguir dois momentos na formação do urbanismo que aqui chamamos de moderno: o primeiro se situa, sobretudo, no século 19, é o que ela chama de pré-urbanismo; o segundo se situaria já no século 20, e seriam os urbanistas propriamente ditos. A principal diferença entre eles, segundo a referida autora, seria que, no primeiro, as obras de generalistas estariam “acantonados na utopia”. Já no segundo, as obras dos especialistas designariam seus técnicos a uma atividade prática. Durante essa passagem, o urbanismo deixaria de se inserir em uma visão global da sociedade e passaria a ser despolitizado. Neste sentido, a autora escreve: “ainda que o pré-urbanismo tenha estado ligado a opções políticas ao longo de toda sua história, o urbanismo é despolitizado”³⁵. Segundo a mesma, essa transformação é fruto da “evolução da sociedade industrial nos países capitalistas”. Afirma ainda que, depois de uma primeira fase, a qual ela chama de “militante, heroica”, o urbanismo já constituído limou de seu escopo “certas ideias e propostas do pensamento socialista do século 19”.³⁶ De nossa parte, acreditamos que essa pretensa isenção política do urbanismo era, em si própria, um estratagema político para esvaziar o caráter combativo e questionador do mesmo, constituindo-se, portanto, em uma construção ideológica que favorecia a mesma “sociedade industrial nos países capitalistas” a alcançar seus intuitos.

É ainda a mesma autora que, na sequência de seu argumento, afirma que o urbanismo não escaparia completamente da dimensão do imaginário, a despeito de sua intenção marcadamente prática. Os primeiros urbanistas, ao se chocarem com as estruturas sociais (econômicas, políticas e culturais) legadas do século 19, muito devido ao seu limitado “poder sobre o real”, teriam visto “sua tarefa polêmica e criadora afirmar-se num movimento utópico”.

Se até então ficou evidente que o “urbanismo moderno” era visto como ciência, isso não implica, de modo algum, dizer que ele não era visto também como arte. Como aponta Bardet, a cidade seria mais que o agrupamento de ruas e casas; segundo ele, essas seriam as carapaças de uma sociedade de pessoas. Para ele, a cidade é uma obra de arte produzida coletivamente, por sucessivas gerações de habitantes, sendo continuamente assimilado o produzido no passado. Argumenta Bardet, então, que é o caráter de transformação permanente que faz “a cidade não se sujeitar de maneira alguma a seu plano, a um esquema gráfico, nem mesmo ao conjunto dos vazios e cheios arquiteturais que a definem”. Afirma, então, que “esse plano, esses cheios e vazios, não passam de manifestações exteriores da existência de um ser coletivo”, e conclui seu raciocínio dizendo que “o que importa antes de qualquer coisa é o conhecimento desse ser coletivo”³⁷.

Nota-se o nítido influxo do pensamento de Camillo Sitte sobre o pensamento do francês. Curioso é que a identificação do caráter processual da cidade, para ele, não aprisiona a forma, e que os planos que a desenham não podem aprisioná-la. De certa maneira, Bardet está apontando para a impossibilidade de o

urbanismo, enquanto ciência que se busca universal, dar conta da cidade. Com isto, queremos acenar para a própria limitação interna de o “urbanismo moderno”, enquanto disciplina que pensa em termos de modelo, produzir efetivamente o espaço construído de uma cidade, o que dizer de todas as cidades.

Bardet, no capítulo “Do urbanismo ao planejamento do espaço”, defende que, a partir de 1930, teriam surgido “urbanismos” de vários tipos: desde o “urbanismo rural” até o “urbanismo mundial”. Segundo ele, isso ocorreria uma vez que se compreendeu “que não existia problema parcial, e que ninguém poderia esperar salvar-se sozinho”. Afirma, então, que, no momento em que seu livro era escrito, o “urbanismo designa o planejamento do solo em todas as escalas, o estudo de todas as formas de localização humana sobre a terra” ³⁸.

Claramente vemos, no pensamento de Bardet, a existência de duas ciências, e que o urbanismo “migrou” para o planejamento, ao longo dos anos. Note-se que, dentro dessa argumentação, o “urbanismo” representa uma parcela do planejamento. Parcela essa que é então entendida como “a parte”. Por sua vez, o planejamento seria “o total”, “o completo”, visto que aborda, em todas as escalas, a questão da ocupação do solo pelos homens, e aqui apontamos para a convergência do pensamento do urbanista francês com o pensamento do físico alemão. A segunda observação é quanto ao aspecto do urbanismo como uma “ciência social”. E aqui introduzimos as observações de Núñez sobre o tema.

Segundo o *Dicionário de Sociologia*, urbanismo “é o conjunto de conhecimentos referentes aos estudos da criação, desenvolvimento, reforma e melhoria de povoados e cidades visando a sua melhoria material, e a relação das necessidades coletivas da vida humana” ³⁹. É essa definição que Núñez, apesar de achá-la muito discutível, usará para discorrer sobre suas ideias.

O mencionado autor não compactua da visão de urbanismo como ciência, pelo menos, não em seu sentido estrito. Núñez afirma que, no começo, o urbanismo aparece como uma arte, “com caráter especialmente externo”, e prossegue, afirmando que a primeira “escola” do urbanismo foi a formalista. O mexicano crê que é indubitável a dimensão artística do urbanismo, entretanto que este não se limita àquela. Quanto ao fato de o urbanismo ser uma disciplina social, o referido autor defende que seja uma disciplina que transcenda as questões formais e, aproximando-se de Patrick Geddes, vê a necessidade e pertinência de um conjunto de estudos que passam pela história, geografia, economia, entre outras.

É assim que o autor em questão verá o urbanismo como uma disciplina completa: uma mescla de ciência, artes e filosofia, aproximando-se, neste ponto, das colocações de Bardet, em quem o autor mexicano se apoia repetidamente. Núñez, partindo da constatação de que o urbanismo é uma disciplina social e de sua aproximação com as ciências sociais, em particular, com a sociologia, ele afirma que o mesmo “deve partir do conhecimento da realidade social que só a sociologia pode proporcionar, tanto a geral como a nacional e, especialmente, a sociologia urbana”⁴⁰. Nesse sentido, como bem lembra o autor, os norte-americanos deram uma contribuição inigualável, como veremos nas próximas páginas.

Jean-Paul Lacaze (1990) se propõe a pôr, no centro do debate sobre o urbanismo, a questão do poder. Questão esta que, segundo o mesmo, seria marginalizada pelos historiadores e teóricos do urbanismo. Sem dúvida, suas contribuições para o entendimento do campo de atuação do urbanismo são

pertinentes. Entretanto, por circunscrevê-las ao debate posterior à década de 1950, afasta-se do entendimento que o termo possuía originalmente e tende a aproximar-se do que, ao longo deste texto, defendemos como sendo planejamento urbano. De qualquer sorte, esse autor faz pelo menos uma observação que interessa aos nossos intuitos: “a única coisa que permite distinguir o domínio do urbanismo do domínio da geografia urbana é, contudo, a existência de uma vontade de ação e, portanto, a perspectiva de exercer um poder que modifique o espaço da cidade”⁴¹.

Mais uma vez, identificamos que, pelo menos declaradamente, esses temas e essa intenção não fazem parte das abordagens iniciais do “urbanismo moderno”, em sua vertente europeia. Se eram discutidos e considerados, faziam-no de forma velada. Na verdade, é só com o desenvolvimento da disciplina e sua “passagem” para o planejamento que tais questões vão claramente aparecer. Postura bem diferente terá, desde o início, o planejamento urbano norte-americano, o qual, “desde sempre”, foi envolto em uma prática política.

Com isto, queremos ressaltar o caráter contraditório do assim chamado urbanismo moderno, pelo menos em sua fase inicial⁴². Se, por um lado, pretendia-se científico e despolitizado, por outro, ainda que sem assumi-lo, era dependente (como, de resto, todo projeto o é) das esferas políticas. Nem mesmo a ciência se faz às margens das esferas de interesses, da política e da economia⁴³. Certamente que o caráter “despolitizado” do urbanismo nascente tratava-se de um discurso ideológico, ainda que muitos daqueles atores acreditassem, de fato, nele.

O anteriormente exposto nos faz pensar que, desde o início, o “urbanismo moderno” não foi monolítico, antes, delineou-se em meio a um debate internacional. Cada país que integrou essa rede de contribuições, ideias, teorias, utopias, o fez segundo suas especificidades. Mesmo dentro de um mesmo país, os leques de possibilidades, compreensões e propostas foram múltiplos, diversificados, coisa que fica evidente nos trabalhos de Bardet e Choay. Com isto, queremos enfatizar que, por zelo ao ocorrido, seria mais correto referir-se à disciplina que se delineou, de forma mais precisa, nas primeiras décadas do 20, como a chamamos aqui, “urbanismo do movimento moderno”. Desta forma, as diversas matrizes que o originaram e o consolidaram seriam contempladas.

PLANEJAMENTO URBANO COMO UMA EXPRESSÃO NORTE-AMERICANA DA ORDENAÇÃO DO ESPAÇO CONSTRUÍDO

Segundo Frank Williams,

*city or town⁴⁴ planning is the guidance of the physical development of communities in the attainment of unity in their construction. Wherever in any locality a sufficient concentration of population has occurred to create complexity, here will be found a network of interests, each seeking its expression in the physical life of that locality; and it is the task of city planning, either by prevention or by cure, to bring these interests into harmony, in the unity of that locality.*⁴⁵

Interessante notar que o autor, em sua definição, aproxima-se daquilo que Jonh Fairfield⁴⁶ chama de “postura” realista norte-americana quanto à ordenação do espaço, pois, antes que solucionar problemas, ela se propõe a equacionar as tensões e interesses inerentes à dinâmica de crescimento de uma determinada localidade. Neste sentido, o planejamento urbano é mais uma resposta às demandas sociais, do que uma mera aplicação de conceitos, modelos urbanísticos e técnicas, a fim de construir as cidades de “forma bela”. Obviamente que a beleza importa, entretanto não é o caso aqui de produzir a cidade como obra de arte. Também não se trata de utopias ou teorias que discorram sobre o que a cidade deveria ser, como ela poderia ser, antes se discute como ela é, e o que se deve fazer para que ela se transforme em mercadoria e valorize esse seu caráter.

Note-se que o *City Planning* aí é tratado como ciência. Entretanto, como veremos a seguir, se o *City Planning* é uma ciência, ela é sobremaneira prática (não há, em suas realizações, utopias; há, sim, a manifestação de uma ideologia, mas não de utopias de um mundo melhor, pelo menos não no período estudado). Ao considerar os problemas postos e buscar equacioná-los, não se pensa a cidade a partir de modelos preestabelecidos, muito menos se busca enquadrar a cidade em um deles. Neste sentido, o *City Planning* é dinâmico; é, antes de mais nada, uma ciência aplicada.

Nos EUA, nas primeiras décadas do século 20, o escopo que um determinado plano deveria adquirir era administrado pelo *American City Planning Institute*. Era o mesmo que ditava qual era sua abrangência, e o fazia em detalhes, mediados por critérios práticos. Desta maneira, não havia limites preestabelecidos. Sua abrangência era ditada, em detalhes, por critérios práticos. Esse procedimento foi derivado de um relatório elaborado por Frederick Law Olmsted, no qual ele afirmava que o interesse de um plano para um território ocupado, ou que venha a ser ocupado por uma comunidade, pode ser “amplamente controlado ou influenciado por ações de ajuste de interesse da comunidade como unidade social”⁴⁷. A expressão mais relevante, aqui, é o “ajuste de interesses da comunidade”. Isto é, trata-se de administrar, antes de qualquer coisa, um conflito entre as várias partes que compõem a comunidade, a fim de garantir sua integridade e o desenvolvimento do que ele chama de “unidade social”. Ora, esta prática se insere, necessariamente, no âmbito da política. Nesse sentido, o *City Planning* não era, nem poderia ser, despolitizado. Nem mesmo no plano ideológico, como faziam os urbanistas do “Movimento Moderno” europeu.

Depreende-se da análise deste documento que, antes de tudo, o plano deve se fundar em uma relação simbiótica entre teoria e prática, subsidiando as ações, cujo fim último deve ser o bem-estar da comunidade. Nos embates dos interesses setoriais e de classes, o plano objetiva equacionar tais tensões da melhor forma possível, sem perder de vista o interesse comum. As questões a serem equacionadas são de ordem e natureza diversas, o que implica dizer que, desde então, o planejamento nos EUA era entendido como uma atividade multidisciplinar, cuja finalidade não era meramente imediatista, mas antes, comportava uma ampla visão de futuro. Entre os pontos a serem abordados pelo plano, estavam: o embelezamento da cidade, questões sanitárias, questões econômicas e questões quanto à eficiência dos serviços prestados.

Já na primeira década de 20, nos EUA, distinguem-se vários níveis de planejamento: desde o nacional, até o urbano, passando pelo regional e metropolitano. Para os norte-americanos de então, o objetivo do planejamento regional era trazer eficiência e unificar o desenvolvimento físico de uma determinada região, tanto quanto possível. Por sua vez, o planejamento metropolitano tinha em vista a conservação dos interesses comuns e diversos, de uma cidade ou grupo de cidades, e o território externo, que inclui a esfera de influência mais imediata do mesmo. O resultado disso é a divisão em distritos por linhas jurisdicionais, que, por sua vez, criam as dificuldades administrativas dos mesmos.

Todo planejamento metropolitano é um tipo de planejamento regional. Uma distinção própria entre eles é que o planejamento metropolitano preocupa-se mais marcadamente com problemas urbanos, e o planejamento regional tem uma extensão maior, preocupando-se com o desenvolvimento, a conservação e a utilização dos recursos naturais de uma determinada extensão territorial.

Ainda segundo Williams, os planos para as cidades em geral, e as norte-americanas, em particular, não deveriam e não poderiam preterir nenhuma das questões referentes aos mesmos, tais como questões sanitárias, tráfego, embelezamento, paisagismo, entre outras, e que a cidade era compreendida/operacionalizada em sua totalidade, visando as relações harmoniosas da parte com o conjunto. Seria da boa adequação dessas questões que resultaria o sucesso do planejamento.

Prioritariamente, o planejamento urbano teria seu foco nas questões públicas, isto é, localização e dimensões de ruas, avenidas, parques, etc. O plano urbano, por outro lado, não poderia e não deveria interferir na propriedade privada, salvo nas questões em que a relação do público com o privado interferisse na ordem da cidade, ou que o interesse particular se superpusesse ao bem comum. O plano deveria ser suficientemente abrangente, e sua administração amplamente maleável, a ponto de permitir a negociação e a adequação dos interesses, não raro conflitantes, entre as esferas pública e privada. O plano não deveria ater-se às especificações e características dos prédios, para tal deveria haver legislação própria, que estabelecesse os padrões, alturas e demissões dos mesmos. Esta, por si só, seria uma “ciência” à parte. É nesse contexto que Williams escreve:

*a city consists of land assigned to streets, parks and other public purposes, and of land devoted to house, stores, factories and similar private purposes. To the attainment of unity in city construction, which is the aim of city planning, some measure of control over all this land, whether publicly used, is necessary. This guidance the state may exercise in two ways: by government ownership and by governmental regulation. The legal principles under which this ownership and regulation are obtained are fundamental in city planning law.*⁴⁸

Como amplamente se percebe, o *City Planning* norte-americano não passa às margens de uma ação política; muitíssimo pelo contrário. Ele é um instrumento político de ação sobre o processo de produção do espaço construído. O planejamento, nesse sentido, expressaria a busca de equacionar, por meio de uma ação política no espaço, as tensões sociais (econômicas,

políticas, culturais) que, em sua acepção mais complexa, se traduzem na relação entre público e privado. São inegáveis as relações de poder que o planejamento engendra neste contexto, coisa que, em momento algum, é negado ou escamoteado.

Neste contexto, a definição de *City Planning* encontrada no plano para a cidade norte americana de Peoria, em 1937, é bem clara:

*City Planning is that phase of municipal activity which analyzes the character and probable extent of the city's growth, suggests certain physical readjustments, and provides for the proper development and coordination of all future improvements.*⁴⁹

Como se vê, desde sempre, nos EUA, o planejamento está subordinado a uma série de relações socioespaciais que transcendem a esfera físico-administrativo-política de uma cidade. A fim de “ordenar” e “controlar” o “fenômeno urbano”, manifestação espacial máxima do processo de urbanização, recorre-se a instâncias diferentes e hierarquizadas de planejamento. Estas guardavam uma forte simbiose, mas possuíam interesses e objetivos bem delimitados. Daí advém que a cidade não é tomada como uma unidade isolada, nem fechada em si, mas, antes, uma parcela que compõe, faz parte de um todo muito maior: o território.

Neste contexto, não é difícil entender por que a “ciência” *City Planning*, nos EUA, - diferentemente do urbanismo, marcadamente europeu -, não é criação de um profissional, de um especialista. Antes, é fruto da elaboração de uma equipe de profissionais. O *City Planning*, desde sempre, foi uma atividade multidisciplinar. Em outra perspectiva, ao pensar a cidade como uma unidade aberta, ao vê-la como a manifestação de um processo mais amplo e entendê-la, ela mesma, como processo, o *City Planning* norte-americano não produziu nem “tratados”, nem “manuais” de planejamento. Antes, produziu muitos livros, artigos e relatórios que enfocavam aspectos determinados do mesmo. É assim que encontramos livros que abordam os aspectos jurídicos, sociológicos, arquitetônicos, higiênicos, administrativos, formais, entre outros, do processo de planejamento. Ao ser, antes de qualquer coisa, uma práxis (sem, em momento algum, negar ou se contrapor à teoria), o *City Planning* norte-americano não parte de modelos preestabelecidos, os quais, não raro, eram rígidos e utópicos, mas, antes, das condições, limites e exigências postas por determinada comunidade. Neste sentido, o *City Planning* norte-americano tem como ponto de partida a sociedade como um todo. Sendo assim, nos EUA, o planejamento é um instrumento político e de poder, que busca traduzir e equacionar, expressando-se no espaço, as tensões sociais gestadas no âmbito político, tanto na esfera do público, quanto do privado. Visa não o indivíduo, mas o desenvolvimento da cidade, ou (de forma mais ampla) da sociedade como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS. “URBANISMO EUROPEU” VERSUS “PLANEJAMENTO URBANO NORTE-AMERICANO”: TÃO LONGE, TÃO PERTO

As observações anteriormente realizadas podem ser sistematizadas no quadro a seguir:

Diferenças entre urbanismo e planejamento urbano (em sua acepção inicial)

Urbanismo	Planejamento urbano
Vê a cidade como obra de arte	Vê a cidade como mercadoria
Em sua visão original e dominante, se quer ciência e arte, ambas em estreita relação com as ciências sociais.	Instrumento político que visa equacionar as tensões econômicas e sociais, operando e intervindo no processo de produção do espaço construído.
Atividade de um especialista: o urbanista.	Atividade de vários especialistas (atividade multidisciplinar).
Ideologicamente despolitizado, ainda que contenha uma crítica utópica às cidades existentes.	Assume sua ação como política.
Negação do mesmo como um ato de poder.	Aceitação do mesmo como um ato de poder.
Pensa a partir de modelos.	Pensa a partir de processos.
A cidade é vista como uma unidade fechada.	A cidade é vista como uma unidade aberta.
Parte do particular para buscar a universalidade.	Parte do universal para buscar a particularidade de cada cidade.
Não trabalha com uma visão global da sociedade.	Trabalha com uma visão global da sociedade.
Marcadamente utópico.	Marcadamente prático.
Teórico. ainda que, explicitamente, vise a prática.	Prático, ainda que fortemente alicerçado pela teoria.
Gerou tratados urbanísticos.	Gerou livros e relatórios temáticos.
Marcadamente europeu.	Marcadamente norte-americano.

Deste quadro, depreendemos que, pelo menos dentro da argumentação elaborada aqui, o urbanismo é parte integrante do planejamento. São instâncias distintas de reflexão e ação sobre a cidade, que, ao interagirem, retroalimentando-se - ainda que possuam contornos diferentes e bem delimitados -, buscam dar uma resposta aos problemas postos para cidade emersa com a Revolução Industrial. Sendo assim, o campo de ação do planejamento seria mais amplo que o do urbanismo.

Retomando as observações de Heisenberg, haveremos de notar como a diferença que ele estabelece entre norte-americanos e europeus cabe perfeitamente para esclarecer as diferenças entre essas duas “ciências” do espaço. Se a cidade é a parte, e o território, o todo, haveremos de concordar que o enfrentamento da problemática da ordenação deste todo só é possível quando a parte é enfrentada em sua complexidade, em sua totalidade. Gestando soluções que ora se antagonizam, ora confluem para os mesmo pontos, urbanismo e planejamento estão tão perto e tão longe, ao mesmo tempo. As verdades profundas de uma podem se contrapor às verdades profundas da outra, no entanto, se complementam em sua complexidade.

Daí podermos aventar que a história do urbanismo está para o “urbanismo europeu”, como aqui defendido, assim como a história da produção do espaço construído está para o “planejamento norte-americano”, como aqui, igualmente, defendido. Uma prenhe da outra.

NOTAS

¹ Heisenberg, 1996.

² Heisenberg, 1996, p. 114.

³ Heisenberg, 1996, p. 114.

⁴ Heisenberg, 1996, p. 122.

⁵ Heisenberg, 1996, p. 122.

⁶ Heisenberg, 1996, p. 122. Grifos nossos.

⁷ Para a elaboração deste artigo, foi consultada a tradução brasileira da obra original em francês: Choay, 1979: 1. No original, as duas últimas frases estão assim escritas: “*Et pourtant, elle échoue à aménager ces lieux. La société industrielle possède des spécialistes de l’implantation urbaine*”. A tradução destas pode adquirir outros termos no português, diferentes dos empregados na tradução consultada. É assim que “*de l’implantation urbaine*” poderia ser traduzido como: “da implantação urbana”. Como o livro em português é o mais difundido entre nós, mantemos seu léxico neste artigo. Agradeço à professora Ivone Salgado a recomendação de retomar o texto original em francês: ***L’Urbanisme, utopies et réalités Une anthologie***. Paris: Éditions du Seuil, 1965. Página 7, bem como a observação de que Choay não utiliza o termo “planejamento urbano” nesse trecho da obra em questão.

⁸ Andrade, 2000, p. 206.

⁹ Choay, 1979.

¹⁰ Choay, 1979, p. 2.

¹¹ Bardet (1990, p.7) diferencia três termos: urbanização, urbanificação e urbanismo. O primeiro teria um significado bem próximo do que, ao longo deste artigo, temos empregado. Bardet o chama também de “fenômeno do ‘repleto’”. A urbanificação seria “a aplicação dos princípios do urbanismo. Um o mal, outro o remédio”.

¹² Essa ambiguidade fica evidente, como bem lembra Lacaze (1990), na definição apresentada por Choay e Merlin, em seu *Dictionnaire de l’urbanisme*: “o urbanismo como organização são intervenções voluntárias, portanto práxis (isto é, ação). Estes são também uma prática, ou seja, exercício de aplicação, de execução, maneira de fazer, confronto com realidades, hesitação, de onde nasce mais a experiência do que o conhecimento” (Choay & Merlin apud Lacaze, 1990, p. 11). Cabe-nos lembrar que Lacaze conclui daí que o urbanismo não seria nem uma ciência, nem uma técnica, o que conflita com a posição de Choay em *O Urbanismo*.

¹³ A autora recorre ao dicionário Larousse, que o define como “*ciência e teoria da localização humana*”. Choay (1979, p. 2).

¹⁴ Entre outros: Choay (1979), Benévolo (1974), Bardet (1990), Núñez (1951), Harouel (1990).

¹⁵ Argan, 1995.

¹⁶ A aproximação entre os citados autores e Argan para por aí, visto que este último desenvolve uma visão bem particular do que seja urbanismo. Sua visão relaciona-se muito mais com o “estado da arte” da disciplina em 1969, quando o texto foi escrito, do que com a manifestação do entendimento que o termo possuía quando surgiu. Este é o nosso foco. Portanto não aprofundaremos aqui os temas e as questões desenvolvidas por Argan, 1995.

¹⁷ As datas, aqui em parênteses, referem-se ao ano da primeira publicação dos mesmos, e não às datas de publicação dos volumes consultados para a elaboração deste artigo.

¹⁸ Entretanto há vozes dissonantes, entre elas, Lacaze (1990), que, diferentemente dos demais autores, não vê o urbanismo nem como ciência, nem como arte. O autor o entende como um ato de poder. De certa forma, ele se aproxima de Argan, uma vez que utiliza o termo urbanismo em um sentido muito mais amplo que aquele que possuía originalmente.

¹⁹ O título do mesmo no original é: *Manière de penser l'urbanisme*.

²⁰ Corbusier, 1971, p. 11.

²¹ Entendemos que esse período é o período da gênese do urbanismo moderno, ou, como defendemos neste artigo, gênese do urbanismo do Movimento Moderno, visto que o mesmo não era coeso, nem monolítico, sendo, antes de qualquer coisa, um campo de saber no qual se dava o debate científico sobre as diversas maneiras de conceber e intervir na cidade.

²² Nesse sentido, ver: Bobbio, 2004.

²³ Nesse sentido, ver: Scherer, 1994.

²⁴ Harouel, 1990, p. 7.

²⁵ Os textos de Choay a que me refiro são: “*Préface*” in Cerdá, Ildefonso, *La théorie générale de L'urbanisation. Présentée et adaptée per Antonio Lopez de Aberasturi*. Paris: Éditions du Seuil, 1979; e *The Modern City: Planning in the 19th Century*. USA: Fifth Printing, 1989, cujo original é de 1969. Agradeço à professora Ivone Salgado, pela indicação destas duas referências bibliográficas.

²⁶ A bibliografia consultada foi: Choay (1979), Núñez (1951) e Bardet (1990), respectivamente.

²⁷ Bardet, 1990, p. 8.

²⁸ Sobre a diferença entre *Town Planning* e *City Planning*, ver nota 42.

²⁹ Bardet, 1990, p. 9.

³⁰ Choay, 1979, p. 2.

³¹ Segundo Bardet (1990: 24), esta rapidamente tornou-se multidisciplinar.

³² Harouel, 1990, p. 7 – 9.

³³ O livro em pauta é de 1981.

³⁴ Bardet, 1990, p. 27 Grifos do autor.

³⁵ Choay, 1979, p. 18.

³⁶ Benévolo (1974) também sublinha esse fato da despolitização do urbanismo. Entretanto, diferente da francesa, o italiano data de 1848 a mesma. Nesse ponto, os dois autores discordam.

³⁷ Bardet, 1990, p. 10.

³⁸ Bardet, 1990, p. 33.

³⁹ Farchild apud Núñez: 1951, 8.

⁴⁰ Núñez, 1951, p. 55.

⁴¹ Lacaze, 1990, p. 12.

⁴² Em outra direção, isso só faz acentuar o caráter de campo de debate que o “urbanismo moderno” tinha no início, ratificando, assim, nossa compreensão dele como um movimento.

⁴³ Nesse sentido, ver: Kuhn, 1992.

⁴⁴ Grosso modo, a tradução para o português tanto do termo *City*, como *Town* é feita para o termo “cidade”. Contudo, na língua inglesa, “*city*” refere-se à metrópole, enquanto “*town*” refere-se à cidade de médio e pequeno porte. Williams (1922, p. 1) afirma que a expressão *Town Planning* é utilizada na Inglaterra, já nos EUA usa-se o *City Planning*. No âmbito deste artigo, estamos usando-as como sinônimas.

⁴⁵ Williams, 1922, p. 1.

⁴⁶ Fairfield, 1993.

⁴⁷ Apud Williams, 1922.

⁴⁸ Williams, 1922: 11.

⁴⁹ Peoria, 1937, p. 7.

REFERÊNCIAS

- o EANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. *A peste e o plano: o urbanismo sanitista do engenheiro Saturnino de Brito*. 1992. 2v. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.
- ARGAN, Giulio. *História da arte como história da cidade*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 280p.
- BARDET, Gaston. *O Urbanismo*. Campinas: Papirus, 1990. 141p.
- BENEVOLO, Leonardo. *Le origini dell'urbanistica moderna*. Roma: Editori Laterza, 1974. 1v.
- BERNARDINI, Sidney P. *Os planos da cidade: As políticas de intervenção urbana em Santos – De Estevan Fuertes a Saturnino de Brito (1892 – 1910)*. São Carlos: Rima/FAPESP, 2006. 330p.
- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 212p.
- CHOAY, Françoise. “*Préface*”, in Cerdá, Ildefonso. *La théorie générale de l'urbanisation. Présentée et adaptée per Antonio Lopez de Aberasturi*. Paris: Éditions du Seuil, 1979.
- _____. *O urbanismo: utopias e realidade, uma antologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979. 350p.
- _____. *The Modern City: Planning in the 19th Century*. USA: Fifth Printing, 1989.
- _____. *L'Urbanisme, utopies et réalités Une anthologie*. Paris: Éditions du Seuil, 1965.
- CORBUSIER, Le. *Planejamento Urbano*. 2.ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1971. 200p.
- _____. *Urbanismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 307p.
- FAIRFIELD, John. *The mysteries of the great city: the politics of urban design, 1877 – 1937*. Columbus: Ohio State University Press, c1993. 320p.
- GITAHY, Maria Lucia Caira. *Ventos do mar. Trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914*. São Paulo: Ed. UNESP/ Prefeitura de Santos, 1992. 188p.
- HAROUEL, Jean-Louis. *História do urbanismo*. Campinas: Papirus, 1990. 150p.
- HEISENBERG, Werner. *A parte e o todo: encontros e conversas sobre física, filosofia, religião e política*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. 286p.
- KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992. 257p.
- LACAZE, Jean-Paul. *Os métodos do urbanismo*. São Paulo: Papirus, 1993. 132p.
- NÚÑEZ, Lucio Mendieta y. *Urbanismo y sociología*. México: Editorial Stylo, 1951. 65p.
- PEORIA, The city planning commission. *A comprehensive city plan, Peoria, Illinois*. Peoria: The Greater Peoria Civic Association, 1937. 127p.
- SCHERER, Rebeca. Sistematização crítica do conjunto dos trabalhos: contribuição para a abordagem interdisciplinar na área de urbanização e planejamento territorial e urbano. 1994. 266p. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- SHARP, Thomas. *Urbanismo*. Argentina: Libro de Edición Argentina, 1974.
- WILLIAMS, Frank. *The law of city planning and zoning*. New York: Macmillan Company, 1922. 738p.